



Lucas de Melo Melgaço
PUC - Campinas, USP
Mestrando em Geografia Humana

Por uma ciência do atrito: ensaio dialético sobre a violência urbana

Resumo

Uma das maiores vantagens em se adotar o método dialético nos estudos de Geografia está justamente em considerar a realidade em sua complexidade: não uma realidade fragmentada, mas uma realidade dialética, dinâmica, mutante. Boa parte dos geógrafos que tentaram estabelecer esse diálogo entre Geografia e Violência acabou esbarrando nas limitações do método analítico. Por esse motivo, uma teoria que entenda o espaço geográfico enquanto um todo em movimento, um híbrido de objetos e ações se faz necessária. Além disso, é impossível entender essa prática espacial denominada violência se a enxergarmos, apenas, como um recorte da realidade. Assim, este trabalho não pretende ser uma geografia da violência, ou, muito menos, uma geografia do crime e sim, uma geografia dos usos do território. Tal perspectiva é fundamental para que a violência e o planejamento territorial sejam entendidos mais como questões políticas que meramente técnicas e para que Geografia seja então uma ciência do complexo, da ação e, portanto, do atrito.

Palavras-chave violência urbana, cotidiano, dialética, território usado, planejamento territorial.

lucasm@puc-campinas.edu.br

Abstract

One of the major advantages on adopting the dialectical method on geographic studies is the possibility of considering the reality on its complexity. But, instead of a sliced reality, as has been done on the analytical studies on violence, the dialectical method is able to lead with a dynamic and mutant reality. Most geographers who tried to set this dialog between Geography and Violence faced the limitation of the analytical method. This is the reason why it's necessary to use a method that understands the space as a hybrid between objects and actions. Moreover, it is impossible to comprehend this spatial practice called violence if we see it as just a fragment of the reality. That is why this article has not the aim of being a geography of violence, neither a geography of crime, but a geography of the territory uses. Such perspective is fundamental to understand violence and territorial planning as more than just technical questions, but, instead of that, as political ones. Therefore, Geography must be seen as a science of the complexity, of action, and, why not, of attrition.

Keywords urban violence, everyday life, dialectical method, used territory, territorial planning.



Introdução

A ciência do atrito a que se refere o título deste artigo remete a duas idéias centrais. A primeira delas é fruto de minhas recordações enquanto ainda estudante do ensino médio. Lembro-me do professor de física ensinando-nos os segredos do “movimento”. Aquilo era simplesmente fascinante, apesar de rapidamente se transformar em frustração, bastando, para isso, que nós o questionássemos a respeito do atrito. Ele sempre respondia que, naqueles casos, deveríamos considerar o movimento sem atrito e que este era demasiadamente complexo para nosso nível de raciocínio. O atrito era um “outro” problema.

Curiosamente, percebo, hoje, a Geografia repetindo as mesmas posturas daquele meu professor: uma ciência sem atrito, com medo do complexo, uma Geografia analítica, descritiva e reacionária e que considera a questão política como um “outro” problema.

A segunda referência, até como conseqüência da primeira, conclama nós geógrafos para o exercício de uma ciência ativa, participativa e propositiva, de uma Geografia sem medo de enfrentar as contradições, de uma ciência que, cada vez mais, lembrando os dizeres do geógrafo Milton Santos, se aproxime da Política.

Dessa forma, esta reflexão inicia-se com a discussão sobre alguns princípios do método dialético, passando pelo conceito de dialética espacial, para chegar ao de território usado, que permite à Geografia trabalhar com uma noção complexa de território, considerando de forma indissociada as materialidades e as ações. Em seguida, o ainda complicado conceito de violência é revisto sob uma perspectiva dialética. A distinção entre violência e poder, aliada ao conceito de solidariedades geográficas, permite-nos entender melhor as articulações cotidianas que acontecem nos lugares, e o entendimento destas articulações é um passo fundamental para que compreendamos os motivos pelos quais há lugares mais violentos do que outros. Essa proposição teórica faz com que a Geografia possa se atrever a elaborar compreensões sobre o fenômeno da violência urbana, mais do que simplesmente fazer constatações sobre ele. Além disso, o potencial teórico-metodológico da Geografia, aliado ao instrumental técnico do Geoprocessamento, indica que essa é a ciência, por excelência, do planejamento territorial. Surge, finalmente, uma ciência do atrito.

Dialética espacial

A realidade social dos homens se cria como a união dialética de sujeito e objeto (KOSIK, 1976, p. 20).

O conceito de dialética vem sendo empregado, na história da filosofia, com significados diversos, partindo da noção de “arte do diálogo” na Grécia Antiga, passando pelo conceito idealista de Hegel como síntese dos opostos e chegando à formulação da dialética por Marx (KONDER, 1981). Löwy (1985) destaca três elementos essenciais ao método dialético: o movimento perpétuo de transformação permanente das coisas, a totalidade e a contradição.

O primeiro elemento da dialética chama nossa atenção para a submissão dos fatos sociais ao tempo. Tudo é historicamente delimitado e historicamente limitado, inclusive as noções e os conceitos. A própria idéia de violência e também a sua institucionalização





na forma de crime são espacial e historicamente determinadas. Ato antigamente aceitos hoje são severamente condenados e vice-versa. O homicídio, forma extrema de violência, já foi permitido em tempos atrás, especialmente quando a vítima era um escravo, e atualmente é condenado, sendo essa condenação ainda hoje geograficamente relativa, visto que em muitos territórios a pena de morte é aceita.

O segundo elemento nos diz que não devemos perder de vista, em nossas análises, o princípio da totalidade. A totalidade não é entendida aqui como totalidade da realidade.¹ até porque isso é algo inatingível. A totalidade significa “a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1985, p. 16). Dessa maneira, a violência nunca será compreendida, se não a relacionarmos com o movimento do todo. E o ponto de partida para o estudo da totalidade dentro da Geografia é o conceito de território usado (SANTOS *et al.*, 2000).

O terceiro elemento diz respeito à noção de contradição presente no conceito de dialética. Baseamo-nos aqui não na proposta idealista de Hegel, mas na sua releitura, feita por Marx, entendendo as contradições como atributos de classes, como um embate constante entre ideologias e utopias (MANNHEIM, 1982²). Mas o embate dos contraditórios, presente no método dialético, prevê também certa coerência entre eles, conforme nos ensina Peet (1975). Esse autor mostra-nos como a desigualdade é fator intrínseco ao capitalismo e como este depende da existência de classes desiguais para existir como tal. Há, portanto, uma contradição coerente: ao mesmo tempo em que é contraditório em relação aos interesses das classes que o compõem, o capitalismo é coerente, porque depende dessa contradição para existir; é, portanto, ao mesmo tempo desigual e combinado (SANTOS, 1999, p. 101).

Sabemos, porém, que a sociedade não paira sobre um espaço, tido como palco das ações humanas. A sociedade é espaço, um híbrido. Por isso podemos falar em dialética espacial, visto que as desigualdades se concretizam em paisagens, lugares, regiões, territórios desiguais e combinados.

Utilizar o método dialético permite, então, que a violência seja vista não de uma forma dualista, uma discussão entre o bem e o mal; ou entre inclusão e exclusão, ou ainda, como uma associação simplista entre pobreza e violência, mas sim, como fruto de usos contraditórios e coerentes do território, da contraposição entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1998, 1999), entre espaços opacos e espaços luminosos (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Território usado

O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros (SANTOS, 2002, p. 48).

Na Geografia, o método dialético torna-se mais claro com a utilização de alguns conceitos, como o de território usado. Essa noção contém em si algumas idéias fundamentais para quando o interesse é entender a totalidade e propor intervenções que contemplem a maior parte da população. A primeira delas é que o território usado contempla todos os

¹ “A totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem” (KONDER, 1981, p. 37).
² “Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p. 35).





agentes, tantos os hegemônicos quanto os hegemonzados. Ele conduz à idéia de espaço banal, ou seja, o espaço de todos, todo o espaço (SANTOS, 1999, retomando o conceito de François Perroux).

A segunda é que o conceito dá conta da idéia de processo, vendo não um espaço estagnado, mas um espaço em constante mutação. Ele é “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (SANTOS *et al.*, 2000, p. 2).

Por fim, é uma idéia cara à Geografia, pois trata tanto da materialidade (os objetos) quanto das ações. Daí a definição de espaço geográfico de Milton Santos (1998-e 1999) como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

O conceito dá conta, portanto, dos três elementos da dialética anteriormente citados, pois envolve a noção de processo, de contradição coerente² e de totalidade.

Quando pensamos na questão da violência, o primeiro aprendizado que o conceito de território usado nos traz é o de que a violência não pode ser vista como uma totalidade em si, mas como um recorte, apenas para fins analíticos, do processo. Daí não se falar de uma geografia da violência e, menos ainda, de uma geografia do crime.

Violência

É claro que, como o homem é o animal que conseguiu meter-se dentro de si, quando o homem se põe fora de si é que aspira a descer e recai na animalidade. Tal é a cena, sempre idêntica, das épocas em que se diviniza a pura ação. O espaço se povoa de crimes. Perde valor, perde preço a vida dos homens, e se praticam todas as formas da violência e da espoliação (ORTEGA Y GASSET, 1973, p. 300).

A adoção do método dialético não implica, necessariamente, a negação dos métodos analítico e hermenêutico. Eles até podem ser usados, desde que subordinados ao dialético. O hermenêutico, por exemplo, mostra-se interessante na discussão sobre as variações históricas dos significados dos conceitos, o que pode ser útil para o estudo da violência.

Definir violência, assim como definir paz, fome, pobreza, é uma tarefa árdua. A violência é uma sensação e, por isso, difícil de ser reduzida a algumas linhas de uma definição. Além disso, ela é histórica e geograficamente determinada. Uma ação aceita em uma época pode ser condenada em outra, e algo considerado violento em uma região pode ser um procedimento comum e legítimo em outra.

Partindo de Aristóteles, temos que violência seria qualquer ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. Nesse sentido, ele distinguia o movimento segundo a natureza e o movimento por violência: o primeiro leva os elementos ao seu lugar natural; o segundo afasta-os (ABBAGNANO, 2000).

Sorel (1993), por sua vez, distingue os conceitos de violência e força. O primeiro termo refere-se ao processo de transformação da sociedade, e o segundo é voltado à manutenção da ordem existente, sendo próprio da sociedade e do estado burguês. Essa definição é interessante por não trazer a violência como algo necessariamente com conotação pejorativa, podendo ser ela até mesmo revolucionária. Marx (1996, p. 370) também enxerga esse caráter revolucionário ao dizer que “a violência é parceira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica”.

² “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS *et al.*, 2000, p.3).



Galtung³ (*apud* CIIP, 2002, p. 24) dá-nos talvez uma das melhores pistas para a conceituação da violência, por ele definida em termos da diferença entre realização e potencialidade: “A violência está presente quando os seres humanos são persuadidos de tal modo, que suas realizações efetivas, somáticas e mentais ficam abaixo de suas realizações potenciais”.

Outra forma comum de se definir violência é através de tipologias. O CIIP (2002), por exemplo, sugere cinco tipos de violência, de acordo com seu maior ou menor grau de visibilidade. Seriam elas: as violências visíveis (dos tipos coletivo e institucional), as invisíveis (dos tipos estrutural e cultural) e a violência social como uma situação intermediária, uma violência parcialmente visível. As tipologias, porém, são sempre limitadas. Por mais que queiramos organizar o conhecimento em “tipos” ou “padrões”, sempre haverá alguma situação que não se encaixará no modelo que tivermos elaborado. Curiosamente, esse procedimento possui uma grande aproximação com o método analítico.

Uma definição mais interessante é aquela trazida por Arendt (1994) ao fazer a distinção entre poder e violência. Contrariamente ao que estamos acostumados, a autora propõe que poder e violência são atributos inversamente proporcionais, ou seja, onde há mais violência há menos poder e vice-versa.

Para Hannah Arendt (*ibidem*, p. 36-37), o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto, em grupo. Poder seria, portanto, sinônimo de capacidade de articulação. Dessa forma, ele nunca é propriedade de um indivíduo, mas de um grupo, e só permanece em existência na medida em que esse grupo se conserva unido. Já a violência distingue-se por seu caráter instrumental.

Para ela, “a forma extrema do poder é o Todos contra Um e a forma extrema da violência é o Um contra Todos”. Dessa forma, a tirania seria “a forma mais violenta e menos poderosa de governo” e é justamente por não conseguir apoio do povo que ela precisa ser violenta. Assim, uma das diferenças entre poder e violência é a de que “o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos”. Mas ela acrescenta que “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder. [...] Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto, pois ele é pago não apenas pelo vencido como também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder”. E “com a perda do poder torna-se uma tentação substituí-lo pela violência” (ARENDR, 1994, p. 35-43).

Uma outra distinção que se faz necessária é aquela entre violência e crime. Crime é qualquer infração à lei. É, portanto, um julgamento de uma ação com base em argumentos legais. Enxergar a violência como sinônima de crime é reduzir a discussão apenas àqueles atos que a lei prevê. A-violência é uma noção mais ampla e mais sutil. Além disso, a confusão não se justifica também pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos. Essa discussão remete-nos a outra, também necessária, que diz respeito à tênue fronteira entre legalidade e ilegalidade e a como esse limite é flexível quando o que está em discussão são os atos cometidos por agentes hegemônicos.

³ GALTUNG, J. *Peace by peaceful means*. Oslo, Noruega: Sage/PRIIO, 1996.





Também é importante destacar que segurança pública não é necessariamente o oposto de violência. Basta lembrarmos dos inúmeros casos de violência policial no Brasil.

Por fim, vale lembrar que considerar apenas algumas ações, tais como homicídios, roubos, furtos e estupros, como atos violentos pode ser uma perspectiva reacionária e não dialética, se não são consideradas inúmeras outras formas de violência menos explícitas e, até por isso, mais perversas. Muitas vezes um roubo é apenas uma manifestação de resistência dos mais pobres, os quais estão sujeitos a outras formas de violência muito mais graves. Por que não falar, então, da globalização como forma de violência; ou de perversidade, conforme sugere Santos (2000), e da violência das privatizações, decorrentes desse processo? E a guerra fiscal, ou guerra dos lugares, não seria também uma violência? E a violência do Estado, de que Lênin (1980) já nos alertava? Ou, ainda, por que não falar da violência do dinheiro e da informação (SANTOS, 2000)?

Solidariedades geográficas

O indivíduo isolado, normalmente, não pode fazer história: suas forças são muito limitadas. Por isso, o problema da organização capaz de levá-lo a multiplicar suas energias e ganhar eficácia é um problema crucial para todo revolucionário (KONDER, 1981, p. 76).

A distinção proposta por Arendt (1994) pode trazer reflexões interessantes quando associada ao conceito de solidariedades geográficas. Primeiramente, é o sociólogo Durkheim (1978) quem fundamenta a noção de solidariedade social, a qual, segundo ele, seria o ponto de partida para a organização em sociedade. O seu oposto seria a anomia, a ausência de normas de convivência, a desorganização social. O seu sentido aqui é o de “laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes [...] de dependência recíproca” (FERREIRA, 1995, p. 608). Portanto, não envolve uma conotação moral, mas diz respeito às relações de interdependência mantidas entre os indivíduos, empresas, instituições, ou seja, à “realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum” (SANTOS, 1999, p. 132).

Durkheim (1978) identifica duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A primeira diz respeito à identificação do indivíduo com o grupo social ao qual pertence, ou seja, baseia-se nas semelhanças entre indivíduos. É devido a ela que um indivíduo enfurecido, na maioria das vezes, não age de forma extremamente violenta, matando aquele que o desagradou. Existe uma série de normas formais e informais que o impedem de exercer tal ação. Não é só porque sabe que terá de responder à lei que ele não pratica o ato, mas porque existem outras maneiras informais de controle social que o coagem a não praticá-lo. Ele sabe que será julgado pela sociedade e que esta o discriminará por ter agido de forma contrária aos usos (ORTEGA Y GASSET, 1973), ou seja, por ter cometido um abuso.

Já a solidariedade orgânica fundamenta-se justamente na diferença, pois trata da complementaridade dada entre indivíduos através da divisão do trabalho. Um indivíduo, hoje, dificilmente conseguiria sobreviver isolado, fora da sociedade, visto que a divisão do trabalho é algo histórico, social, fazendo-nos cada vez mais dependentes dela. Ao





propor essas duas solidariedades, Durkheim está obviamente fazendo uma divisão analítica, sendo que as duas realidades não passam de uma só.

O atual período — de unicidade técnica planetária (SANTOS, 1999, p. 154), mundialização das relações e especialização dos lugares — deixa evidente a existência de uma divisão do trabalho não apenas social, mas também territorial, o que justifica falarmos também em solidariedades não só sociais, mas, sobretudo, geográficas.

Milton Santos (1998) propõe duas formas de solidariedade geográfica: uma orgânica e outra organizacional. A solidariedade orgânica relaciona-se com uma ordem local e baseia-se nas contigüidades espaciais, ou seja, nas horizontalidades. Seu surgimento é espontâneo, o que a contrapõe à organizacional, a qual tem um caráter muito mais deliberado. A solidariedade organizacional está por sua vez atrelada à razão global, às verticalidades, tendo como sustentação um sistema de objetos esparsos dispostos em rede e apresentando como principal característica a informação.

Castillo *et al.* (1997) ainda sugerem uma terceira forma de solidariedade geográfica, a institucional, a qual é dada pelas normas e ações políticas nas escalas do Município, do Estado federado e do Estado-nação. Tal solidariedade explicita a existência da guerra fiscal ou, ainda, da guerra dos lugares (SANTOS, 2002, p. 87), as quais têm implicações nas condições de vida da população, podendo ser fonte de desigualdade, portanto, geradora de outras formas de violência.

Podemos agora articular os conceitos de solidariedade geográfica com o par poder/violência proposto por Arendt (1994). Como vimos, o poder nasce do grupo, enquanto a violência é um atributo individual, baseando-se em instrumentos. Poder, então, é sinônimo de capacidade de articulação. O conceito de solidariedade também trabalha com essa mesma noção de articulação. Portanto, por um silogismo simples, solidariedades geográficas são sinônimas de poder.

Com esse raciocínio fica mais claro entendermos, por exemplo, qual é a fonte de poder do narcotráfico, um dos grandes responsáveis pela violência no Brasil. Ele não é poderoso por ser violento, mas, ao contrário, por ser capaz de se articular, ou seja, de criar solidariedades tanto orgânicas — por exemplo, junto a alguns policiais da região, aos moradores de uma favela — quanto organizacionais — junto a grandes empresários, políticos, autoridades policiais, banqueiros, todos interligados em redes pelo mundo.

Nesta mesma linha podemos entender o poder das organizações criminosas dentro dos presídios. A cada dia ficamos mais impressionados com as matérias veiculadas nos jornais, mostrando a atuação de presos que continuam praticando ações criminosas mesmo estando encarcerados. Mas em que se baseia o poder desses homens? Na violência? Nas poucas armas que têm? Acreditamos que não. A principal arma dos presidiários é o seu poder de articulação. Muitas vezes, eles se articulam com os próprios agentes carcerários ou com seus advogados particulares, os quais ficam responsáveis em levar e trazer informações, armas, dinheiro. É esse mesmo raciocínio que nos leva a crer que os bloqueadores de celulares em presídios sejam uma grande ilusão, visto que bastam alguns acordos para que os celulares passem a funcionar livremente nesses locais. O celular, sim, é a grande arma dos presidiários. Esse é um dos argumentos que nos permitem





defender que não existe presídio de segurança máxima ou, pelo menos, que segurança máxima não é um atributo puramente técnico, mas também político.

Tentar desarticular a parte organizacional do crime é algo extremamente complicado e que as autoridades policiais vêm se mostrando incapazes de fazer. Talvez uma solução mais coerente seja investir na retomada da cidadania, no fortalecimento das solidariedades orgânicas cidadãs, não deixando espaço para que o crime produza suas próprias solidariedades.

Tudo isso nos leva a defender que a solução para a violência não está na repressão exagerada nem em se trancafiar em condomínios fechados ou investir em carros blindados e, muito menos, em colocar câmeras de vídeo pelos bairros, à moda dos *reality shows*. A solução vai muito mais no sentido de promover ações que gerem mais articulações e não, mais violência. É preciso, portanto, retomar as solidariedades orgânicas perdidas nos lugares.

Lugar e cotidiano

A rua arranca as pessoas do isolamento e da insociabilidade. Teatro espontâneo, terreno de jogos sem regras precisas e por isto mais interessantes, lugar de encontros e solicitudes múltiplas — materiais, culturais, espirituais —, a rua resta indispensável (YAZIGI, 2000, p. 329).

O lugar é a materialização da idéia abstrata de território usado (SOUZA, 2005). É o verdadeiro espaço da ação, pois é nele que os eventos se tornam materialidades. Ele é um misto de verticalidades e horizontalidades,⁴ pois tanto abrange os nós das redes, os pontos das solidariedades organizacionais, como também abriga as solidariedades orgânicas, que são a sua marca. É, segundo Santos (1999, p. 131), um espaço do acontecer solidário. E para entender melhor o significado desse acontecer solidário, o conceito de cotidiano mostra-se útil.

O cotidiano é um conceito dialético no sentido de que ao mesmo tempo em que traz uma noção de rotina, de repetição, também carrega uma idéia de criatividade, de improvisação. O cotidiano é simultaneamente repetitivo e inventivo.⁵

O cotidiano é a materialização do tempo da globalização.⁶ Santos (1998, p. 82) afirma que “há apenas um relógio mundial, mas não um tempo mundial”. Isso se dá porque cada lugar tem seu tempo, sua forma de transformar o relógio mundial em tempo local ou, em outras palavras, em cotidiano.

O lugar e o cotidiano são as instâncias maiores da co-presença, do encontro, da espontaneidade e da criatividade que só o acaso é capaz de gerar. Porém, o urbanismo recente vem criando novas formas cujas intencionalidades vão justamente de encontro a estas idéias. São formas que priorizam a segregação, a homogeneidade e a monotonia. Ao invés de um incentivo a um cotidiano heterogêneo e revolucionário, o que vemos é um incentivo às práticas de isolamento através das construções de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000).

Não bastassem essas novas formas, vemos também o surgimento rápido de novas técnicas de vigilância,⁷ sendo as câmeras o exemplo mais ilustrativo. Tais objetos devem

⁴ “As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e de seu discurso pragmático, criando um cotidiano obediente. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada, o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista, e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 1998 p. 93).

⁵ “Na cidade ‘luminosa’, moderna, hoje, a ‘naturalidade’ do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem-se e contrapõem-se ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores” (SANTOS, 1999, p. 261).

⁶ “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo” (SANTOS, 1998, p. 83)

⁷ “Se é verdade que por toda a parte se estende e precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que a sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (CERTEAU, 1994, p. 41).



ser analisados de forma dialética, pois, juntamente com o suposto benefício que podem trazer, geram uma série de novas formas de comportamento que incentivam os preconceitos, a segregação e as neuroses urbanas.

Curiosamente, em um período marcado pela racionalidade, é o medo, um atributo altamente subjetivo e do âmbito da emoção e não da razão, que aparece como justificativa para a implantação desses novos objetos técnicos. É esse mesmo medo que incentiva o “endurecimento” da polícia ou, em outras palavras, o aumento da violência policial.

A dialética se faz importante ao mostrar que essas novas ações e objetos que ameaçam as solidariedades orgânicas acabam sendo, na verdade, promotoras e não, redutoras de violência. Retomando-se o conceito de poder, proposto por Arendt (1994), isso fica mais claro, pois o isolamento reduz o poder, visto que diminui as possibilidades de existência de pactos, de ações em conjunto, deixando espaço para a violência.

O método dialético ainda sugere que consideremos com cautela a utilização dos mapas e das estatísticas nos estudos geográficos da violência urbana.

Constatar não é compreender: limitações do método analítico

A geografia escancara o que os números escamoteiam (SOUZA, 2000, p. 5).

O método analítico congela a realidade, descreve-a, analisa-a e, por fim, faz deduções (SOUZA, 2005). Ele é portanto idealista, no sentido em que pensa um mundo sem contradições. Ele já foi o raciocínio central da escola quantitativa da Geografia, mas acabou cedendo espaço às idéias marxistas da chamada Geografia Crítica. Hoje ele retoma forças, travestido pelas novas tecnologias do Geoprocessamento.⁸

A contribuição do Geoprocessamento como instrumento de análise geográfica é inegável. Com ele, os eventos podem ser rapidamente mapeados e estudados. O problema surge quando os meios são confundidos com os fins. O Geoprocessamento é um instrumento de representação do espaço geográfico e, como qualquer representação, é uma redução.

Os mapas devem ser analisados com cuidado, pois, conforme nos mostra Monmonier (1996), eles mentem. O processo de elaboração cartográfica é carregado de generalizações e simplificações. O espaço que os mapas representam é uma das várias combinações possíveis, sem falar que eles se baseiam em estatísticas, e estas, conforme afirma Huff (1973), também mentem.

No caso das estatísticas policiais, tais mentiras são mais evidentes. Uma multiplicação de ocorrências em um distrito policial, por exemplo, pode representar tanto um real aumento da criminalidade quanto uma atuação mais eficiente da polícia. Além disso, Felix (2002) e Caldeira (2000) mostram-nos o quanto a polícia age a partir de estereótipos na hora de abordar um suspeito, inflando, por exemplo, os números em relação à população negra.

Dados como *causas mortis* também não fogem à regra, visto que podem trazer informações distorcidas: uma pessoa que, tendo levado um tiro, não morreu no momento da ação poderá vir a falecer uma ou duas semanas depois e ter sua morte catalogada como por infecção generalizada, por exemplo. Outra distorção a ser levada em conta advém

⁸ O Geoprocessamento é entendido aqui como um conjunto composto pelas tecnologias de Sensoriamento Remoto, Cartografia Digital, Sistemas de Informações Georreferenciadas (SIG) e Sistemas de Posicionamento Global (GPS), além de outras tecnologias que lhe dão suporte, como a Geoestatística, os Bancos de Dados e a Computação Gráfica.





do despreparo dos funcionários públicos no que concerne ao preenchimento de boletins de ocorrência e declarações de óbitos. Vale dizer também que a própria representação da violência a partir de um número, de uma estatística, já é uma enorme redução.

Os mapas criminais são, portanto, uma dupla redução do espaço geográfico e, por isso, jamais devem ser o ponto de partida para uma análise geográfica da violência. Não devemos, obviamente, ignorá-los, mas utilizá-los com cautela e com o conhecimento de todos os vícios que possam conter.

Somente dentro da escola analítica cabem afirmações como a de Francisco Filho (2003), para quem o Geoprocessamento é capaz de trabalhar com relações de causa e efeito,⁹ dentro dos estudos sobre violência. Kosik (1976, p. 90) alerta-nos, porém, de que “querer estabelecer uma contraposição entre os efeitos e as causas significa não saber apreender a essência do problema”.

Outro exemplo analítico dentro dos estudos geográficos é a relação que Mendonça (2001) faz entre clima e criminalidade. A violência, porém, não pode ser compreendida apenas através de correlações: primeiro, porque as correlações se baseiam em estatísticas, e, como já foi dito, estas mentem; segundo, porque o máximo que as correlações conseguem atingir são algumas constatações, o que não significa necessariamente um passo no sentido das compreensões.

O planejamento territorial comumente alimenta-se dos mapas de Geoprocessamento e dos preceitos da escola analítica, mas uma abordagem dialética para ele também se impõe.

Planejamento territorial

Através da ação sobre as formas, tanto novas como renovadas, o planejamento constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas (SANTOS, 2003, p. 193).

Muitos cientistas sociais acreditam que a solução para a violência urbana está no planejamento territorial. Porém, é preciso destacar que a escola analítica e a escola dialética possuem concepções diferentes sobre o planejamento. Para a primeira, este seria um conjunto de técnicas e de procedimentos. Para a analítica, os problemas do planejamento seriam resolvidos com melhores tecnologias e novas formas de fazê-lo. Ferraz (1994, p. 11), por exemplo, aponta que “as causas da violência não se situam nas áreas da sociologia, do direito e da psiquiatria, mas, sim, no âmbito da organização física da cidade, área da engenharia”.

A dialética já nos permite uma visão diferente, considerando o planejamento como uma questão não apenas técnica, mas também política, ou seja, como um embate de interesses. Ela nos permite fazer a crítica ao planejamento puramente setorial, um dos problemas do planejamento em grande parte dos municípios brasileiros. As administrações municipais recortam os territórios setorialmente, através de um planejamento desconexo em que cada setor enxerga e regionaliza o território à sua maneira. A Educação não conversa com a Saúde, que por sua vez não conversa com as Finanças, e estas não se entendem com a Segurança Pública. No caso desta última, o problema mostra-se mais

⁹ “O geoprocessamento se caracteriza como uma ferramenta de extremo valor para a análise de fenômenos com expressão territorial, pois permite sua espacialização através da quantificação, qualificação e localização, bem como o relacionamento com outras variáveis espaciais, estabelecendo uma relação de causa e efeito extremamente útil a todos aqueles que têm como função a gestão do espaço urbano” (FRANCISCO FILHO, 2003, p. 3).



grave quando polícia militar e polícia civil trabalham desconexas, caso comum em todos os Estados da Federação.

A setorização da administração pública provoca resultado semelhante ao da disciplinarização do conhecimento. Assim como a transdisciplinaridade não é apenas a soma das disciplinas, o planejamento territorial não é apenas a soma dos setores. Certeau (1994, p. 119) alertava-nos de que “é fora das fronteiras da disciplina que as práticas formam a realidade opaca de onde pode nascer uma questão teórica”. Assim como é fora dos setores, é no território usado; que pode nascer um planejamento realmente justo. A dialética leva-nos a pensar, portanto, um planejamento territorial — e não, setorial —, em que sejam os lugares e o território usado — e não, os setores — quem ditam as regras.

O planejamento setorial é aderente aos interesses dos agentes hegemônicos, é favorável às verticalidades e não, às horizontalidades. Por ser pretensamente apolítico, neutro e técnico, ele encobre as perversidades feitas através dos acordos entre Estado e interesses privados.¹⁰

O planejamento territorial precisa entender os pactos invisíveis que acontecem nos lugares; daí a importância do conceito de cotidiano.¹¹ Deve também levar em conta os interesses dos lugares¹² e não apenas interesses externos a estes. Precisa, por fim, ser concebido a partir do território usado e não dos setores. Planejar a cidade passa a ser, portanto, uma questão de articulações, de acordos, mas não apenas de acordos entre alguns poucos agentes hegemônicos e sim, entre todos os agentes, inclusive os hegemônicos. Os geógrafos precisam, então, estar preparados para compreender este novo momento. E essa compreensão não poderá vir senão pelo método dialético.

A Geografia e o planejamento que dela advém não podem eliminar o atrito; precisam, sim, aprender a lidar com ele. Certeau (1994, p. 172) nos ensina que “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular”. Por todos esses motivos acreditamos que, enquanto for vista como uma questão simplesmente de segurança pública, a violência urbana nunca será efetivamente combatida. A violência é parte de uma totalidade complexa e só poderá ser compreendida através de um método dialético.

Considerações finais

A vida não é um produto da Técnica mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade (SANTOS, 1998, p. 39).

A violência não é, por si só, objeto de estudo da Geografia. Aos geógrafos cabe estudá-la enquanto prática espacial, fruto de usos específicos do território.

Mas para que a Geografia possa ser realmente uma ciência do atrito, ou seja, uma Geografia da ação, é necessário que consiga superar as limitações do método analítico e que se envolva profundamente com o dialético.

Tal abordagem permite-nos elaborar algumas compreensões sobre a violência, como a de que ela é muito mais um problema de política do que de técnica. Possibilita-nos, também, enxergar a violência da maneira como ela realmente é: complexa. Anima-nos,

¹⁰ “A planificação urbana não é mais o produto de um código de urbanismo, mas sim o resultado de acordos mais ou menos explícitos estabelecidos entre os dirigentes do aparelho do Estado, alguns interesses econômicos e financeiros e um punhado de políticos locais... O Estado seleciona alguns grupos econômicos e sociais que transforma em parceiros privilegiados e com os quais exerce arbitragens” (LOJKINE, 1981, p. 54).

¹¹ “Ao destruir a rua como espaço para a vida pública, o planejamento modernista também minou a diversidade urbana e a possibilidade de coexistência de diferenças” (CALDEIRA, 2000, p. 311).

¹² “Parece claro que, se os problemas da metrópole surgiram de imposições alienantes que cercearam a participação de cidadãos na produção do seu espaço, uma primeira esperança será a de reconquistar a participação do povo” (MORAIS, 1981, p. 102).





por fim, a acreditar em uma Geografia revolucionária, uma geografia que consiga entender o período popular da história (SANTOS, 2000), momento este que não será necessariamente pacífico.

Para terminar, lembrando-nos da provocação de Marx (1946, p. 54, tradução nossa) em sua décima primeira tese sobre Feuerbach — “Os filósofos têm se limitado a interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se, no entanto, de transformá-lo” — poderíamos reinterpretá-la para a Geografia: os analíticos têm se limitado a descrever a violência; trata-se, no entanto, de compreendê-la. E compreender é mudar, como já dizia Sartre (1966, p. 20).

artigo recebido julho/2005

artigo aprovado setembro/2005

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARENDRT, H. *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CASTILLO, Ricardo; TOLEDO, Rubens; ANDRADE, Júlia. *Três dimensões da solidariedade em geografia: autonomia político-territorial e tributação*. *Experimental*, São Paulo, n. 3, p. 69-99, set. 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Artes de Fazer, 1).
- CIIP – CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ. Universidade para a Paz das Nações Unidas. *O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina*. Tradução de Maria Dolores Prades. Campinas: UNICAMP, 2002.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio, As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- Coleção Os Pensadores.
- FELIX, Sueli Andruccioli. *Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: UNESP, 2002.
- FERRAZ, Hermes. *A violência urbana: ensaio*. São Paulo: João Scortecchi, 1994.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.
- FRANCISCO FILHO. *Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- HUFF, Darrell. *How to lie with statistics*. London: Penguin Books, 1973.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÊNIN, V.I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.
- LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos*



- para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: ENGELS, Friederich. *Ludwig Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemande*. Paris: Editions Sociales, 1946.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*; livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MENDONÇA, Francisco. *Clima e criminalidade*: ensaio analítico da correlação entre a temperatura do ar e a incidência da criminalidade urbana. Curitiba: UFPR, 2001.
- MONMONIER, Mark. *How to lie with maps*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- MORAIS, Regis de. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ORTEGA Y GASSET, J. *O homem e a gente*. Tradução de J. Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Ibero- Americano, 1973.
- PEET, Richard. Inequality and poverty: a marxist-geographic theory. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington DC, Estados Unidos, v. 65, n. 4, p. 564-75, 1975.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: razão e emoção*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *O país distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- SANTOS, Milton *et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. Florianópolis: Estudos Territoriais Brasileiros, LABOPLAN, jul. 2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SOUZA, Maria Adélia de. *Relatório Técnico-Científico do Projeto "Território, Lugar e Poder"*. São Paulo. Fapesp. 2000 (mimeo).
- SOUZA, Maria Adélia de. *Notas dos seminários de orientação*. Campinas: Sindicato dos Médicos, 2005.
- YAZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas*. São Paulo: FFLCH/ USP, 2000.